

Reverberações: narração oral, patrimônio e tradição oral em Cabo Verde

Maria Isabel Lemos *

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0003-3881-4977>

RESUMO

A centralidade das tradições orais para a (re)constituição histórica e patrimonial das culturas, ainda que inegável, é matéria cujos desdobramentos contemporâneos transitam entre os universos acadêmico, artístico, cultural e político. Embora a designação das “Tradições e expressões orais” enquanto Patrimônio Cultural Imaterial sob a ótica da UNESCO (2003) tenha fomentado uma série de iniciativas políticas cujos objetivos centralizam-se na salvaguarda e recuperação das cadeias de transmissão de tais conhecimentos, diferentes práticas artísticas e performáticas também têm desempenhado um importante papel na conscientização de populações e na recolha cientificamente orientada de repertórios. Este artigo dedica-se à reflexão acerca do papel de práticas artísticas, em especial a narração oral e o teatro, na salvaguarda e recuperação de tradições orais, com especial atenção para as narrativas tradicionais de suporte memorial. Os dados apresentados enquadram-se em investigação etnográfica realizada em Cabo Verde, e foram recolhidos por meio de metodologias diversas como entrevistas, observação participante e análise bibliográfica. Alicerçado pelos Estudos do Patrimônio e pela Antropologia, o raciocínio apresentado tratará da problematização da circulação de repertórios tradicionais em contextos artísticos, pedagógicos e performáticos com o objetivo de potencializar a discussão acerca da salvaguarda do patrimônio em questão no contexto comunicacional contemporâneo, para além de fronteiras e políticas institucionais.

PALAVRAS-CHAVE

Práticas artísticas; oralidade; salvaguarda patrimonial; tradições orais; literacia.

ABSTRACT

The central role of oral traditions in the historical (re)constitution of cultures and heritage, although undeniable, is a subject of diverse contemporary developments that transit between the academic, artistic, cultural and political spheres. Although recently the institutional categorization of the “Oral expressions and traditions” as Intangible Cultural Heritage from a international perspective headed by UNESCO (2003) has fostered a series of political initiatives whose objectives are centered on the safeguarding of transmission chains, different artistic and performance practices have also played an important role in raising awareness and promoting the scientifically oriented recollection of repertoires. This article analyzes the role of such artistic practices, particularly storytelling and theater, in the safeguarding of oral traditions, most specifically traditional narratives. The observed data integrates a larger ethnographic investigation carried out in Cape Verde through different methodologies such as interviews, participant observation and bibliographical analysis. Framed by Critical Heritage Studies and anthropologically oriented, the article problematizes the circulation of traditional repertoires in artistic,

* Doutoranda em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia. O projeto de investigação “As novas práticas e contextos de Narração Oral e os usos da tradição: as narrativas cabo-verdianas e o património cultural imaterial” é desenvolvido com o apoio da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT, I.P). E-mail: mariaisabel.lemos@gmail.com

pedagogical and performative contexts whilst objectifying contemporary heritage safeguarding practices beyond the institutional and political spheres.

KEYWORDS

Artistic practices; orality; patrimonial safeguard; oral traditions; literacy.

Ku twala: ku hlamusela hi nomu, ndzhaka na ndhavuko wa nomu eCape Verde

NKOMISO

Ku va exikarhi ka mindhavuko ya nomu eka matimu na vumbiwa bya ndzhaka (re)constitution ya mindhavuko, hambu leswi swi nga kanetekiki, i mhaka leyi nhluvukiso wa yona wa manguva lawa wu hundzaka exikarhi ka vuako bya dyondzo, vutshila, ndhavuko na tipolitiki. Hambu leswi ku hlawuriwa ka “Ndhavuko na swivulavulelo swa nomu” tanihi Ndzhaka ya Ndhavuko leyi nga Khomekiki ku suka eka mavonelo ya UNESCO (2003) swi kurisile nxaxamelo wa migingiriko ya tipolitiki leyi swikongomelo swa yona swi nga exikarhi eku hlayiseni na ku vuyisa tinketana ta ku hundziseriwa ka vutivi byo tano, maendlelo yo hambana ya vutshila na Matirhelo vutshila byi tlhele byi tlanga xiave xa nkoka eku tlakuseni ka vutivi eka vaaki na le ka nhlengeleto wa ti-repertoire lowu kongomisiweke eka sayense. Atikili leyi yi nyiketeriwile ku anakanyisisa hi xiave xa maendlelo ya vutshila, ngopfungopfu ku hlamusela hi nomu na theatre, eku hlayiseni na ku vuyisa mindhavuko ya nomu, hi ku tekela enhlokweni ngopfu swithokovetselo swa ndhavuko swa xitsundzuxo. Data leyi nyikiweke i xiphemu xa vulavisisi bya ethnographic lebyi endliweke eCape Verde, naswona yi hlengeletiwile hi tindlela to hambana to fana na mimbulavurisano, ku langutisisa vatekaxiave na nxopaxopo wa bibliyografiki. Hi ku seketeriwa hi Dyondzo ya Ndzhaka na Ntivo-vutomi, ku anakanya loku nyikeriweke ku ta tirhana na ku va na swiphiko swa ku hangalasiwa ka tirhepotori ta ndhavuko eka swiyimo swa vutshila, swa dyondzo na swa vuyimbeleri hi xikongomelo xo ndlandlamuxa mbulavurisano mayelana na ku hlayisa ndzhaka leyi ku vulavuriwaka hi yona eka xiyimo xa vuhlanganisi bya manguva lawa, ku tlula mindzilakano na tipholisi ta nhlango.

MARITO YA NKOKA

Maendlelo Ya Vutshila; Ku Vulavula Hi Nomu; Nsirhelelo Wa Ndzhaka; Mindhavuko Ya Nomu; Ku Dyondza Ku Hlaya Na Ku Tsala.

Introdução

Inúmeros são os desdobramentos contemporâneos das políticas de incentivo à literacia desenvolvidas ao longo das últimas décadas em diversas localidades. Tais desdobramentos transitam entre os universos acadêmico, artístico, cultural e político, fazendo com que a literacia desponte como mais que a simples capacidade de processar a informação escrita, transformando-se em um dos principais pilares das políticas culturais e educacionais na atualidade. Paralela à literacia - e a esta, por vezes, vinculada - é a semântica da salvaguarda patrimonial, cujo aparato político e institucional permeia múltiplas escalas, do local ao global (Labadi e Long, 2010), e versa sobre diferentes objetos, do material ao imaterial. Interessam, nesta reflexão, a salvaguarda de bens culturais intangíveis, por sua vez regulamentada pela “Convenção para Salvaguarda do

Patrimônio Cultural Imaterial”¹ (UNESCO, 2003), e as confluências entre literacia, educação e patrimônio, cuja interseção materializa-se no questionamento de antigas dicotomias como “oral/literário” e “tradição/modernidade”.

Embora a salvaguarda patrimonial figure, atualmente, como temática de valor universal, a mesma está profundamente ligada às instituições modernas e à afirmação política de grupos e Estados-Nação, em um primeiro momento de maioria ocidental (Graham et al., 2005; Hafstein, 2018; Gomes Coelho, 2020). Fortemente promovida após a II Guerra Mundial, a retórica da salvaguarda patrimonial globaliza-se a partir da década de setenta, com a publicação da “Convenção para o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” (UNESCO, 1972). Desde então, o conceito de patrimônio passou por uma reconfiguração semântica fazendo com que, segundo Hafstein (2014, p. 504), o mesmo constitua uma categoria e, também, um complexo sistema de valores, práticas e agendas.

A categoria do “patrimônio cultural imaterial” (doravante PCI) emerge, portanto, no âmbito desta reconfiguração e, apesar de resultar da pressão política de Estados interessados na promoção, divulgação e salvaguarda do PCI em contraponto à cultura edificada, por exemplo, sua conceituação dialoga com políticas orientais implementadas no período pós-II Guerra Mundial para proteção do conhecimento e da cultura tradicionais frente à ocidentalização (Alivizatou, 2008, pp. 45-46). A publicação da “Convenção de 2003”, para além da rápida adesão global e do “culto do patrimônio” (Isar, 2011, p.39), suscitou inúmeros questionamentos, uma vez que posiciona indivíduos e comunidades no cerne do sistema de patrimonialização. Segundo o texto, entende-se por

patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003, Art. 1º).

Tal conceituação fomenta problemáticas relacionadas a intangibilidade, autenticidade, representatividade, poder político, assimetria de expectativa entre atores envolvidos nos processos, impacto simbólico dos mesmos e o alto grau de burocratização e centralização estatal (Bendix et al., 2014; Kirshenblatt-Gimblett, 2004; Hafstein, 2018). A complexidade simbólica e prática da patrimonialização do PCI, portanto, acaba por gerar um *authorized heritage discourse* (Smith, 2006) orientado por um regime de

¹Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

diretrizes institucionais internacionais e nacionais e conveniente para a legitimação de narrativas do passado que impactam o presente e o futuro.

Enquadrada nesta perspectivação teórica crítica, portanto, esta análise tratará das confluências entre os regimes do patrimônio, da literacia e as práticas artísticas, com especial foco no domínio do PCI determinado como “tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial” (UNESCO, 2003, Art. 2º). Baseada em investigação doutoral mais abrangente e em investigação etnográfica *in loco*, a reflexão aqui desenvolvida baseia-se em dados relativos à circulação e à instrumentalização de narrativas tradicionais² recolhidos no arquipélago de Cabo Verde juntamente com atores institucionais envolvidos nos processos de salvaguarda, contadores de estórias em contexto profissionalizado e contadores em contexto tradicional.

Arquipélago localizado no Atlântico central, Cabo Verde é uma terra marcada pela aridez, pela exploração e ocupação colonial portuguesa e por uma forte cultura crioula que emerge do processo e embate histórico de ocupação das ilhas, hoje propagada pelo globo por meio da vasta diáspora cabo-verdiana. Desde a independência, em 1975, a projeção internacional do arquipélago está fortemente baseada em boa-governança, principalmente frente aos demais países africanos, integração em organizações como Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), espaço biogeográfico da Macaronésia e, ainda, ratificação e participação ativa em agendas internacionais como, por exemplo, a salvaguarda patrimonial.

Tratando-se de um país insular de clima árido e economia pouco diversificada, a cultura desponta como um pilar do desenvolvimento e da projeção internacional e, apesar de a ratificação da “Convenção de 2003” datar oficialmente de 2016, os esforços institucionais direcionados ao patrimônio e à cultura em Cabo Verde datam do imediato pós-Independência com a criação, por exemplo, da Direcção-Geral da Cultura (1978), embrião do atual Instituto do Património Cultural (IPC-CV) e a abrangente recolha de tradições orais desenvolvida ao longo dos anos oitenta e noventa e que hoje dão corpo ao “Arquivo de Tradições Oraais”.

A valorização do repertório em questão, porém, não parte apenas do âmbito institucional: na confluência entre as agendas da literacia e da salvaguarda patrimonial, os

² Em especial contos, fábulas e mitos.

contadores de histórias em contexto profissionalizado despontam como atores fundamentais na promoção e divulgação das narrativas tradicionais cabo-verdianas e na sua circulação em contextos educacionais institucionalizados. Tal veiculação da tradição e, principalmente da oralidade, no entanto, é traço marcante de inúmeras práticas artísticas em Cabo Verde: da música à literatura, do teatro às artes plásticas. Essa característica fundamenta-se na própria centralidade da oralidade e da tradição para a cultura local e nos processos de atualização de práticas tradicionais no contexto contemporâneo. Destarte, apesar de o enquadramento teórico implementado atender para o impacto de regimes e agendas internacionais na escala local, não é aqui obliterada a relevância das práticas tradicionais e da oralidade para a vivência cotidiana dentro e fora das ilhas.

À vista do complexo enquadramento apresentado, que engloba o sistema internacional de patrimonialização imaterial, a circulação de narrativas tradicionais em Cabo Verde, a agenda da literacia e o papel desempenhado pela arte neste quadro, a narração oral profissionalizada será mais atentamente observada frente às demais práticas artísticas elencadas. Para além da extensão desta reflexão, tal escolha é motivada pelo protagonismo desempenhado por tais atores no próprio aprofundamento do vínculo entre a salvaguarda e a promoção das narrativas tradicionais, da literacia e da dinamização de seu mercado de trabalho. Assim, a partir do exame das atividades de contadores de histórias no contexto profissional em Cabo Verde, espera-se que a problematização das reverberações abordadas contribua para a reflexão acerca do lugar da tradição no contexto contemporâneo e de como este lugar relaciona-se aos elos e hiatos discursivos da política internacional.

1. Stória, Stória: política, arquivo e arte

Os múltiplos campos e subcampos da tradição oral cabo-verdiana, apesar de pontualmente recolhidos e investigados no pré-Independência tanto no arquipélago (Lopes, 1936; Figueira, 1963; Romano, 1970), quanto em diferentes localidades da diáspora (Parsons, 1921, 1923), ganha proeminência a partir da libertação do país, cuja luta, inclusive, foi fortemente orientada para a afirmação da cultura local frente à imposta pelos colonizadores. Apesar da onipresente mescla entre arte e política, no caso cabo-verdiano, não obstante as produções de vanguardas artísticas como, por exemplo, o

movimento literário Claridade, o interesse institucional pela tradição oral e, em particular, pelas narrativas tradicionais, é fruto do cenário pós-Independência e relaciona-se ao quadro social, político e cultural da altura, assim como sua categorização enquanto PCI na contemporaneidade.

As narrativas tradicionais aqui observadas, à semelhança do conceito de património cultural, passaram por uma resignificação semântica ao longo do tempo: de literatura oral ou popular à tradição oral ou PCI, a relevância política desse repertório é indissociável de seu valor para a afirmação simbólica das culturas e das narrativas nacionais (Noyes, 2014, pp. 13-14). Movimento primeiramente testemunhado aquando da emergência dos Estados-Nação europeus no século XVIII, a recolha sistemática de narrativas tradicionais foi uma importante ferramenta de afirmação política e cultural de recém-independentes países africanos no século XX.

Tal sistematização - e o início da preocupação com a salvaguarda patrimonial (Lopes Filho, 1981; Martins, 2011; Queirós, 2018) - em Cabo Verde, enquadram-se neste cenário. Apesar de a revisão evolutiva do aparato institucional desde a Direcção-Geral da Cultura (DG-C) ao atual Instituto do Património Cultural (IPC-CV), cujo estatuto e organograma foram, em 2020, atualizados, ser aqui inexequível e, em certa medida, secundária, contemplar os sucessivos projetos direcionados às narrativas tradicionais é imprescindível, tanto para a compreensão de sua resignificação política, quanto para a percepção do papel desempenhado pelos contadores de histórias em contexto profissional na atualização do repertório.

O atual “Arquivo de Tradições Orais” foi composto, a partir da década de oitenta, por meio de múltiplas iniciativas do então Departamento de Tradições Orais (DTO), órgão da DG-C. Coordenado por importantes figuras para a história cabo-verdiana como Tomé Varela da Silva e Oswaldo Osório, o DTO implementou campanhas nacionais de salvaguarda, bem como Operações de Recolha pontuais, organizadas por localidade, em todas as ilhas. A partir do material compilado, campos e subcampos da tradição oral cabo-verdiana foram sistematizados e, através da “Colecção de Tradições Orais”, publicados.

A série *Na Bóka Noti*, cujo último volume foi publicado em 2020, por exemplo, é composta por compilações de narrativas tradicionais recolhidas em diferentes ilhas do arquipélago desde os anos oitenta até meados de 2000, altura em que as tradições orais perdem proeminência e o Arquivo constituído começa, lentamente, a desintegrar-se.

Atualmente, o Arquivo encontra-se sob tutela da Direcção do Património Imaterial do IPC-CV, que enfrenta dificuldades de ordem institucional e financeira para salvaguardá-lo, digitalizá-lo e divulgá-lo. Relativamente à recolha de narrativas e observação de sua transmissão no contexto tradicional, no que se refere ao *corpus* em questão, as iniciativas foram há muito interrompidas.

A experiência de campo realizada entre 2019 e 2021 na Ilha de Santiago revela, em parte, o porquê de tal interrupção: realidade análoga à observada mundialmente, as cadeias de transmissão oral das narrativas tradicionais e o hábito de narrar estórias são hoje pertencentes a contextos diminutos. Transformações nas formas de comunicação e lazer, bem como na educação, associadas à emergência do mercado profissional de narração oral e à ressignificação das narrativas tradicionais enquanto PCI, fazem com que a circulação deste repertório pertença, hoje, a universos institucionalizados como escolas, bibliotecas, eventos comemorativos relacionados à cultura, colônias de férias e festivais artísticos (Sobol, 2008).

Esta descontextualização dialoga, ainda, com as agendas da patrimonialização e da literacia (Noyes, 2014, p. 14), uma vez que o contato com o repertório e a transmissão não mais dependem do dispositivo memorial enquanto arquivo, sendo a formação de leitores e a educação patrimonial duas das principais motivações para a adoção da narração oral enquanto ferramenta pedagógica na contemporaneidade.

Tais narrativas passam, portanto, por um processo de descontextualização cujos desdobramentos são múltiplos: enquanto o debate acerca das problemáticas de transformação do texto oral em escrito representa uma antiga preocupação para disciplinas como a Filologia e os Estudos do Folclore, a categorização enquanto PCI aproxima, paradoxalmente, o repertório de uma circulação em contexto institucional, ao passo que suscita o debate acerca da transmissão oral, do dispositivo memorial e da participação comunitária.

É neste universo semântico de ambíguas fronteiras que atuam, portanto, os contadores de estórias profissionais, responsáveis, atualmente, pela transmissão e pela ressignificação das narrativas no âmbito de seu universo artístico, fortemente marcado pela pedagogia, a performance, a literacia e o revivalismo (Carmelo, 2016).

2. Performance, patrimônio e educação no arquipélago

Movimento artístico e profissional difundido, a partir do século XX, em diferentes regiões do mundo, a narração oral contemporânea atende por denominações várias (Palleiro & Fischmann, 2009; Céspedes, 1995) e igualmente abundantes são os métodos e critérios empregados em tal processo criativo. A estruturação de um mercado profissional de narradores orais origina-se nos EUA, em meados da década de cinquenta, alastrando-se, posteriormente, pela Europa e pela América Latina até chegar, mais recentemente, ao continente africano. Este “*renouveau du conte*” (Calame-Griaule, 1991) está fortemente vinculado ao estabelecimento do conto enquanto gênero literário, à universalização do ensino e à virada performática nas artes e na academia (Carmelo, 2016). Mais recentemente, a expansão da prática relaciona-se, ainda, à difusão da literacia, à salvaguarda e recuperação de práticas tradicionais; , à semântica do patrimônio e à nostalgia característica à modernidade (MacDonald, 2013). Três principais vieses despontam, portanto, nas práticas destes profissionais que, atualmente, desenvolvem suas atividades ao redor do globo: pedagógico, artístico e revivalista.

Em Cabo Verde, segundo dados obtidos por meio de observação participante, entrevistas e recolha literária com contadores profissionais nas ilhas e na diáspora e das análises bibliográfica e arquivística, os primórdios da profissionalização (ainda em curso) da narração oral são indissociáveis do teatro, prática artística enraizada no arquipélago (Branco, 2004), e da pedagogia. Enquanto o desenvolvimento do teatro relaciona-se, em um primeiro momento, aos métodos de evangelização católica e, no século XIX, aos clubes desportivos e de elite, a utilização da narração oral enquanto ferramenta pedagógica no âmbito do ensino institucional ganha proeminência a partir dos anos noventa, com a dinamização de festivais de teatro, colônias de férias e atividades extracurriculares, principalmente na Praia e no Mindelo.

No decurso de formação do teatro cabo-verdiano, notavelmente documentado por João Branco em *Nação Teatro - História do Teatro em Cabo Verde* (2004), o destaque das narrativas tradicionais - e das tradições orais em geral - é marco do pós-Independência, com atividades como as do Grupo Cênico Korda Kaoberdi e da batucadeira e contadora de estórias Cipriana Tavares. Referências centrais são, ainda, Horácio Santos e seu trabalho com o Teatro Experimental Rubem Manuel na montagem da peça *Kontador di Stória*, e com a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC-CV). Em

1984, o grupo Juventude em Marcha inicia suas atividades em Porto Novo, Santo Antão, trazendo para o universo teatral crenças, superstições e narrativas da ilha. Por fim, o Grupo de Teatro do Centro Cultural Português (CCP- Mindelo) passa a realizar formações e emerge como pioneiro no teatro para infância, realizando teatro de marionetas com base em narrativas tradicionais e programação destinada ao público infantil e à narração oral. Sob a alçada do Festival MindelACT, dinamizado com empenho pelo CCP-Mindelo e parceiros, atividades como a Solêra D'Porta, a Teatrolândia, o posterior Ciclo Internacional de Contadores de Estórias (CICE) e inúmeras formações de contadores de estórias foram desenvolvidas. Atualmente, em termos de festivais, para além do MindelACT, o arquipélago conta, de forma sistemática, com o Festival Dja D'Sal Stória, também composto por uma mescla entre teatro, narração oral e dinamização pedagógica. Grupos teatrais como o Juventude em Marcha e o FladuFla são exemplos contemporâneos deste papel uma vez ocupado pelas tradições orais nas artes cênicas cabo-verdianas que, segundo Branco (2004, p. 62),

dão-nos uma ideia bastante preciosa da forma como essas informações, muitas delas seculares, podem ser úteis ao teatro, e vice-versa, pois as artes cênicas têm permitido não só um incremento na pesquisa e investigação destas temáticas, como também a sua divulgação e preservação.

A profissionalização da narração oral está, portanto, relacionada à criação de espaços de formação e execução da prática no arquipélago e, ainda, na diáspora. Horácio Santos, por exemplo, foi figura central para o desenvolvimento do movimento profissional de narração oral em Portugal, enquanto da parceria entre os contadores Gil Moreira, residente em Santiago, e Adriano Reis, cabo-verdiano residente em Portugal, emerge o projeto *Bebi na Fonti*, composto por uma combinação de narração oral e recolha de dados com interlocutores do contexto tradicional. As escolas, as colônias de férias e as datas comemorativas despontam como *locus* basilar de realização das atividades e de dinamização do próprio mercado de trabalho, apesar do pouco financiamento. Assim, enquanto a formação de leitores e a educação patrimonial emergem como retóricas fundamentais para os narradores, o incentivo institucional volta-se para o encorajamento

da prática: de bibliotecas a escolas; dos museus à reprodução simbólica do imaginário nacional e, até, lusófono³.

Embora um aprofundamento analítico nas performances acompanhadas não seja aqui exequível e a listagem de todos os contadores atuantes no arquipélago e na diáspora, inviável, interessam determinadas características destes novos contextos de circulação do repertório tradicional e as práticas discursivas que a sustentam. A atuação dos contadores profissionais funde-se a semânticas diversificadas como a da salvaguarda e educação patrimonial, da literacia e da performance artística diferenciando-se, contudo, das atuações em contexto tradicional e com base em arquivo memorial. A relação dos contadores com o texto e sua exteriorização é, portanto, o elemento basilar desta distinção, ao qual adicionam-se problemáticas como o idioma, a adaptação e a alteração de textos para o contexto institucional de ensino, a combinação de repertórios diversificados sem vínculo com a cadeia de transmissão, a associação das narrativas a outros símbolos da cultura cabo-verdiana como, por exemplo, gêneros musicais, e, por fim, o processo artístico e cênico que precede a performance.

Enquanto a seleção do repertório por parte dos narradores segue o padrão observado em outras localidades, ou seja, é influenciada pelo propósito da sessão, contexto da mesma e, principalmente, pelos ouvintes, em Cabo Verde, as complexidades sociolinguísticas fazem-se sentir. Ao passo que as narrativas tradicionais são indissociáveis da língua cabo-verdiana, cujo estatuto atual é de língua materna e patrimônio cultural imaterial, sua transmissão nos contextos educacionais está condicionada pelo uso da língua oficial, a portuguesa.

Repertório comumente associado a finais violentos e à dissociação do imaginário urbano que começa a imperar no arquipélago, o *corpus* em questão passa, então, por uma dupla atualização: linguística e de conteúdo. Somados os esforços no âmbito da pedagogia à semântica da salvaguarda patrimonial, uma outra problemática pode ser descortinada: a afirmação, por meio das narrativas adaptadas, apenas dos símbolos culturais selecionados pela máquina patrimonial (González, 2020) como, por exemplo, a inclusão do *batuku*, do *kola san jon* ou da *sinboa* no âmbito da narração oral. Por fim, e sem que se oblitere a diminuição drástica do universo tradicional da *boka noti*, a pouca

³O volume *Contos Tradicionais da CPLP* (2014) . Disponível em: <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4547>. Acesso: 21 Jun. 2022.

integração entre os contextos aqui denominados de tradicional e profissional faz com que a participação comunitária na salvaguarda do repertório seja de contornos ambíguos.

Circunscrita a este limiar complexo, fortemente marcado por dinâmicas políticas pautadas pela verticalidade, tal prática artística pode, contudo, desempenhar um papel central nas recolhas e nas transmissões de repertórios, ainda que as cadeias tradicionais estejam, há muito, interrompidas. Para além da comprovada dimensão educacional e da instrumentalização da narração oral enquanto ferramenta pedagógica, a atividade de contadores de estórias impacta a reprodução e atualização de repertórios, a revitalização de arquivos e a seleção de símbolos culturais.

Tal prática, portanto, deve ser observada com a relevância, principalmente política, de que é dotada: quais os limites da performance artística e os impactos das mesmas nas atualizações do repertório tradicional? De que forma os contadores de estórias contemporâneos reavivam as dicotomias que inauguraram esta reflexão? Do oral ao literário, do moderno ao tradicional, da *boka noti* aos processos de patrimonialização, da performance à literacia, a multiplicação de estudos de caso acerca do tema faz-se necessária justamente para que se evite a reprodução acrítica e descontextualizada de elementos simbólicos e representacionais, bem como para que se observem as muitas complexidades sociais e culturais circunscritas aos processos de patrimonialização.

Referências

- Bendix, R., & Hasan-Rokem, G (Eds). (2013). *Companion to Folklore*. West Sussex: Wiley Blackwell.
- Branco, J. (2004). *Nação Teatro – História do Teatro em Cabo Verde*. Praia: Biblioteca Nacional de Cabo Verde.
- Calame-Griaule, G (Org.). (2001). *Le renouveau du conte: the storytelling revival*. Paris: CNRS Éditions.
- Carmelo, L. (2016). *Narração Oral: uma arte performativa*. Tese de Doutoramento não editada, Doutoramento em Comunicação, Cultura e Artes. Algarve: Universidade do Algarve. Disponível em <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/9006>.
- Céspedes, F. (1995). *Teoría y técnica de la narración oral escénica: como contar*. Madrid: Página Libros de Magia.

- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (2014). Contos Tradicionais da CPLP. Disponível em <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4547>.
- Figueira, M.B. (1963). *Contos e Lendas de Cabo Verde*. Seixal: Tipografia Popular.
- Gomes Coelho, R. (2020). Prefácio: Portugal é uma máquina. In González, P. A. *O Antipatrimónio: fetichismo do passado e dominação do presente* (pp. 17-30) Lisboa: ICS- Imprensa de Ciências Sociais.
- González, P. A. (2020). *O Antipatrimónio: fetichismo do passado e dominação do presente*. Lisboa: ICS- Imprensa de Ciências Sociais.
- Graham, B., Ashworth, G. & Tunbridge, J. (2005). The uses and abuses of heritage. In Corsine, G. (Ed.) *Heritage, Museums and Galleries: An Introduction* (pp. 26-37). Londres: Routledge.
- Hafstein, V. (2014). Cultural Heritage. In Bendix, R. & Hasan-Rokem, G. (Eds) *A Companion to Folklore* (pp. 500-519). West Sussex: Wiley Blackwell.
- _____, V. (2018). *Making Intangible Heritage. El Condor Pasa and Other Stories from UNESCO*. Indiana: Indiana University Press.
- Isar, Y. R. (2013). UNESCO and Heritage: Global Doctrine, Global Practice. In Anheiner, H. & Isar, Y. R. *Heritage, Memory and Identity* (pp.39-52). Londres: Sage.
- Kirshenblatt-Gimblett, B. (2004). Intangible Heritage as Metacultural Production. *Museum International*, 56, 1-2, 52-65.
- Labadi, S., & Long, C. (Eds.) (2010). *Heritage and Globalisation*. Londres: Routledge.
- Lopes Filho, J. (1981). *Cabo Verde - Subsídios para um levantamento cultural*. Lisboa: Plátano Editora.
- MacDonald, S. (2013). *Memorylands: Heritage and Identity in Europe Today*. Londres: Routledge.
- Martins, A. (2011). *Legislação sobre a defesa do Património em Cabo Verde (1975-2005)* (Dissertação de Mestrado não-editada, Mestrado em Património e Desenvolvimento). Praia: Universidade de Cabo Verde.
- Noyes, D. (2014). The Social Base of Folklore. In Bendix, R. & Hasan-Rokem, G. (Eds) *A Companion to Folklore* (pp. 13-39). West Sussex: Wiley Blackwell.
- Palleiro, M. I. e F. Fischman (Eds.). (2009). *Dime Cómo Cuentas... Narradores Folklóricos y Narradores Urbanos Profesionales*. Buenos Aires: Miño y Dávila.
- Parsons, E. C. (1921a). Folk-Lore of the Cape Verde Islanders, *The Journal of American Folklore* (34)131, 89-109.

Parsons, E. C. (1923). *Folklore from the Cape Verde Islands*. Nova Iorque: G. E. Stechert & Co.

Queirós, C. (2018). *Património Cultural Imaterial: Políticas patrimoniais, agentes e organizações. O processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal* (Tese de Doutoramento não editada. Doutoramento em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia). Lisboa: ISCTE. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/61279>.

Romano, L. (1970). *Cabo Verde - Renascença de uma civilização no Atlântico Médio*. Lisboa: Ocidente.

Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Abingdon & New York: Routledge.

Sobol, J. (2008). Contemporary Storytelling: Revived Traditional Art and Protean Social Agent, *Storytelling, Self, Society*, 4(2), 122-133.

UNESCO. (1972). *Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.

UNESCO.(2003). *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Disponível em <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>.



Recebido em: 01/05/2023

Aceito em: 17/06/2023

Para citar este texto (ABNT): LEMOS, Maria Isabel. Reverberações: narração oral, patrimônio e tradição oral em Cabo Verde. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº2, p. 94-106, jul./dez. 2023.

Para citar este texto (APA): Lemos, Maria Isabel (jul./dez.2023). Reverberações: narração oral, patrimônio e tradição oral em Cabo Verde. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (2): 94-106.